

O PAPEL DA AGRICULTURA FAMILIAR E A PRODUÇÃO DE CAFÉ EM TIMOR-LESTE¹

Pedro Damião Henriques, Prof. Associado, CEFAGE-Universidade de Évora, Portugal

Maria Leonor da Silva Carvalho, Prof.^a Associada, ICAAM, Universidade de Évora,
Portugal

Vanda Narciso, Investigadora independente Portugal

Carlos da Conceição de Deus, Universidade Nacional Timor Lorosa'e, Díli -Timor-Leste

Maria Raquel Lucas, Prof.^a Associada, CEFAGE-Universidade de Évora, Portugal

“Os países produtores de cafés arábicos têm para com Timor, e também para com aqueles que souberam avaliar os seus méritos e depois o estudaram e trabalharam, uma dívida sentimental de gratidão pela cedência deste “Híbrido de Timor”, porque a partir dele se prepararam cultivares com bom potencial produtivo e resistentes às ferrugens, que hoje constituem a base da afeicultura mundial dos arábicos” (Ferrão 2002).

RESUMO

Todas as actividades agrícolas em Timor-Leste têm uma base familiar, nomeadamente a produção de café, podendo considerar-se ser a agricultura familiar o tipo predominante nas diversas áreas do desenvolvimento rural, seja a florestal, a pesqueira, a pastorícia, a agrícola ou a aquícola.

No que respeita à produção de café em Timor-Leste, para além do seu contributo para a geração de rendimentos para a família agricultora, desempenha ainda um papel crucial na manutenção da paisagem rural, na conservação do património genético das plantas e na defesa do património cultural das comunidades locais. Analisar e reflectir sobre o papel da agricultura familiar e a produção do café em Timor-Leste, realçando os aspectos referentes à sua cadeia de valor e à competitividade e vantagem comparativa do sector é o objectivo deste capítulo.

Importa o reconhecimento do papel da família produtora de café e a formulação de políticas que promovam uma agricultura familiar sustentável em Timor Leste. Para tal um melhor entendimento das necessidades, do potencial e restrições da agricultura familiar e assegurar apoio técnico é fundamental. Urge também criar sinergias para a sustentabilidade, criar e legitimar associações de produtores de café a defender os interesses da agricultura familiar, reconhecer o papel da mulher neste tipo de agricultura e identificar possibilidades de comercialização através de circuitos curtos que liguem o produtor ao consumidor.

Palavras-chave: Agricultura familiar, Café, Timor-Leste, Sustentabilidade

¹ In Paulino, Vicente (org.), *Timor-Leste nos estudos interdisciplinares*, Díli: Unidade de Produção e Disseminação do Conhecimento do PPGP-UNTL, pp.181-193 (ISBN: 978-989-98981-0-3)-2014

1. Introdução

Existe uma ampla variação de definições de agricultura familiar, não havendo uma que seja universalmente aceite. No entanto, a FAO propõe que se defina a agricultura familiar como a que inclui todas as actividades agrícolas de base familiar e que está ligada a diversas áreas de desenvolvimento rural, ou seja como um meio de organização das produções agrícola, florestal, pesqueira, pecuária e pastoril, e aquícola, geridas pela família e dependente predominantemente da mão-de-obra familiar. A família e a exploração agrícola estão intimamente ligadas, co-evoluindo e combinando as funções económicas, sociais, ambientais e culturais.

Esta definição da FAO mostra uma agricultura familiar e uma família agricultora como um sistema socialmente valioso, associada com os valores da família, tais como solidariedade, continuidade e compromisso, um sistema culturalmente aceitável, um sistema economicamente viável identificado com competências empresariais específicas, escolhas e comportamento de risco, resiliência e realização individual, e um sistema ambientalmente sustentável e politicamente relevante em todos os países e regiões do mundo.

A agricultura familiar é mais do que uma ocupação profissional porque reflecte um estilo de vida baseado nas crenças e nas tradições sobre a vida e o trabalho.

A nível mundial, existem mais de 570 milhões de explorações agrícolas, 90% das quais são de agricultura familiar, ou seja mais de 500 milhões de explorações, controlando 70% da terra mundial, responsáveis por 56% da produção agrícola mundial. A maioria das explorações mundiais é muito pequena – mais de 475 milhões têm menos de 2 ha e mais de 40 milhões têm menos de 1 ha (Lowder et al, 2014).

A agricultura de Timor-Leste é de pequena dimensão, incorpora poucos factores de produção modernos, está integrada na paisagem e utiliza os recursos naturais disponíveis, é predominantemente destinada à subsistência dos agregados familiares e constitui um modo de vida para as populações das zonas rurais. Timor-Leste é um país onde quase toda a produção agrícola tem uma natureza familiar, onde a actividade da agricultura é um modo de vida estando integrada no dia-a-dia das pessoas. Falar da história da agricultura em Timor-Leste é o mesmo que falar da história da agricultura familiar já que esta foi sempre a forma de agricultura dominante.

A forma predominante de exploração da terra em Timor-Leste é baseada na estrutura familiar, que é determinante na afectação dos recursos naturais disponíveis. As famílias estão organizadas em “Casas” (Casa no sentido de entidade social/linhagem, por isso se escreve com maiúsculas) e estas em grupos etnolinguísticos. As Casas, unidade fundamental das comunidades Timorenses, funcionam como elemento mítico-espiritual, social e solidário, congregando indivíduos que se identificam com uma cadeia unilinear de parentesco.

Quer a administração colonial portuguesa quer a administração de ocupação indonésia fizeram concessões de terra tanto a colonos como a instituições privadas. Na sua totalidade, estas concessões representavam uma baixa percentagem da área total disponível para a agricultura e dos respectivos volumes de produção.

Em Timor-Leste existem dois grandes sistemas de agricultura familiar, a agricultura de encosta/montanha e a agricultura de várzea. Em ambos, a produção vegetal e animal está organizada em pequenas unidades de produção familiar cuja área média não excede os 2 ha. Nas culturas vegetais predominam, para subsistência, o milho, as hortícolas, os tubérculos e, nas várzeas, o arroz. Já para rendimento predominam o café, coco, cacau e borracha.

Na produção animal dominam, em número, as galinhas, os porcos e as cabras. Nos animais de grande porte ressaltam os búfalos e cavalos, sendo que, no princípio do século XX, o número de vacas era ainda bastante limitado.

A tecnologia utilizada na produção dos diferentes produtos vegetais e animais era bastante rudimentar e teve ao longo do século XX uma pequena evolução. A transformação e conservação eram baseadas na secagem dos produtos agrícolas. A comercialização, à excepção do café, limitava-se essencialmente aos mercados locais.

De todos os produtos, o que tem sido considerado mais valioso ao longo do tempo é o café. No que à produção de café diz respeito, para além do seu contributo para a geração de rendimentos para a família agricultora, desempenha ainda um papel crucial na manutenção da paisagem rural, na conservação do património genético das plantas e na defesa do património cultural das comunidades locais.

Existe consenso que dois dos principais problemas da produção de café são as baixas produtividade e qualidade. Todos intervenientes do sector do café reconhecem que existe muito potencial para a produção de café de alta qualidade e para aumentos de produtividade. Para além destes dois problemas, considera-se que existe uma desigualdade na repartição dos rendimentos gerados pelo café pelos diferentes intervenientes da sua cadeia de valor. Esta desigualdade não é um problema pós independência, pois já era referida no tempo colonial português e foi uma marca da ocupação Indonésia.

O objectivo do presente capítulo é o de analisar e reflectir sobre o papel da agricultura familiar e a produção do café em Timor-Leste, realçando, para este produto, os aspectos referentes à sua cadeia de valor e à competitividade e vantagem comparativa do sector.

Para o ponto 4 deste trabalho, usou-se a metodologia da cadeia de valor que vem sendo aplicada nos trabalhos mais recentes no sector alimentar, quer na União Europeia quer nos EUA (Bijman, 2007; Briz et al, 2010, Briz et al, 2011), cuja estrutura contempla a totalidade dos agentes económicos participantes. No caso da cadeia de valor do café de Timor-Leste esta é composta por agricultores, comerciantes intermediários, agro-indústrias, ONGs e consumidores.

A base da informação foi obtida através de fontes secundárias e primárias. Os dados são maioritariamente baseados em fontes secundárias, das diferentes publicações e estudos feitos sobre o território durante a colonização portuguesa, ocupação indonésia e período pós independência e mais recentemente dos diferentes estudos em que os autores participaram, mas em que a experiência e o conhecimento do terreno pelos autores, foi valiosa e determinante para o trabalho desenvolvido.

As fontes primárias foram entrevistas semi-estruturadas de natureza qualitativa, observação directa e inquéritos por questionário realizados a agentes económicos mais significativos da cadeia de valor. Análises de conteúdo das entrevistas, análises estatísticas dos questionários e análise SWOT foram realizadas. A partir da identificação prévia das fraquezas, ameaças, forças e oportunidades identificados em trabalhos anteriores, este último método operativo permitiu realizar uma síntese da situação actual da cadeia de valor do Café de Timor-Leste e evidenciar as suas possibilidades de melhoria.

Inúmeras dificuldades foram encontradas na obtenção dos dados, seja, pela escassez e dispersão de informação, pela falta de uniformidade das fontes e natureza dos dados oficiais, pelos obstáculos ao planeamento das entrevistas, pelo não domínio da linguagem e dos conceitos técnicos utilizados, ou, falta de motivação dos respondentes em fornecer a informação.

2. A agricultura familiar em Timor-Leste

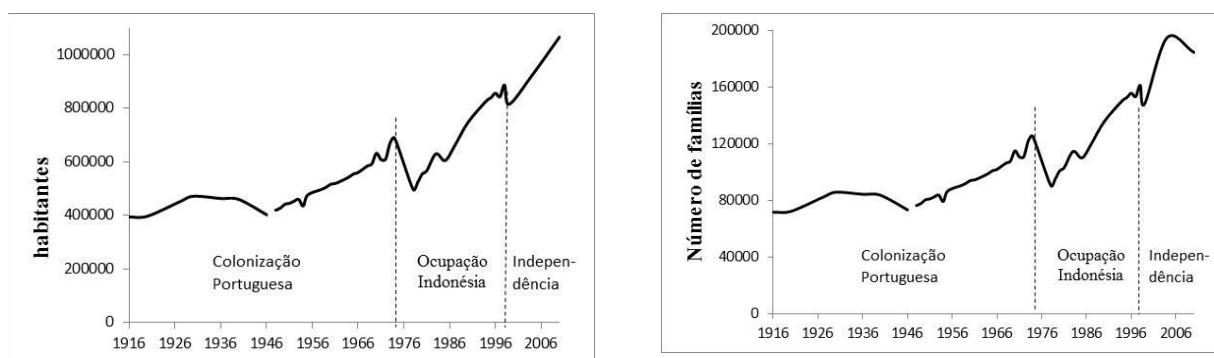
A origem da agricultura em Timor-Leste não está completamente esclarecida, sendo três as possíveis vias: a partir da China com a introdução da cerâmica e do arroz por volta de 3000 3500 anos; a partir da Nova Guiné; e descoberta independente da agricultura em Timor (Oliveira, 2008).

Existem registos escritos de actividade agrícola em Timor-Leste desde o século XVI, embora, de forma sistemática, somente a partir do terceiro quartel do Século XIX. Um dos primeiros documentos a retratar a agricultura de Timor é Castro (1867), enquanto Cinatti (1964) descreve as referências a plantas e animais encontradas em Timor por diversos visitantes do território, começando em 1522 por Pigaffeta e acabando em 1879 por Forbes.

Falar da agricultura em Timor-Leste é o mesmo que falar da agricultura familiar, já que esta foi sempre a forma de agricultura ou de produção agrícola dominante. As Figuras 1 e 2 mostram a evolução da população e do número de famílias em Timor-Leste para o período 1916 a 2010. Quer a população quer o número de famílias têm vindo a aumentar de forma consistente ao longo do último século, com excepção para os períodos correspondentes à segunda guerra mundial e à primeira fase da ocupação Indonésia.

Em 2010, o número de famílias rurais representava cerca de 74,2% do total de famílias (DNE, 2011). Durante a colonização portuguesa, a quase totalidade da população era de origem rural, o mesmo se passando durante a ocupação Indonésia, cerca de 92 a 93% na década de 90 (UNDP, 2006). O fenómeno da urbanização da população terá tendência a acelerar nas próximas décadas à medida que o processo de desenvolvimento se consolide com o ganhar de importância dos sectores industrial e de serviços.

Figura 1 - Evolução do número de habitantes (1916-2010) Figura 2 – Evolução do número de famílias no período 1916-2010



Fonte: Elaboração própria

As excepções à forma de exploração da terra do tipo familiar foram a concessão de terrenos para a agricultura de plantação que ocorrerem durante a colonização portuguesa, a ocupação Indonésia e no período pós independência. Nestas concessões, a cultura dominante foi sempre o café, embora o coco, a borracha e o cacau tivessem tido também alguma importância, principalmente durante a colonização portuguesa. Ainda hoje, a maior parte da terra utilizada pela agricultura familiar não é titularizada sendo a sua posse e uso regida pelo direito costumeiro.

A família é o núcleo essencial da produção agrícola, das decisões de uso da terra e do uso do resultado da produção, sendo a agricultura familiar o garante da subsistência do produtor e da família, contribuindo para a sua segurança alimentar e satisfação de necessidades básicas, bem como geração de rendimentos no caso da venda de excedentes nos mercados locais.

As normas de parentesco são pilares fundamentais da organização social e influenciam significativamente o sistema consuetudinário de gestão e posse da terra que sabemos ser o dominante em Timor-Leste. Coexistem em Timor-Leste dois sistemas diferentes de parentesco, um patrilinear em vigor na maioria do território e um matrilinear nas regiões com predominância dos grupos etnolinguísticos Tétum-Terik, Búnaque e Galoli (Narciso e Henriques, 2010; Narciso, 2014).

Todas as actividades agrícolas são geridas por uma família e realizadas com recurso a mão-de-obra, de natureza familiar ou comunitária, em que a troca e a entreatuda são elementos fundamentais, sendo muito raro o recurso à mão-de-obra assalariada.

O consumo de bens alimentares é maioritariamente oriundo de produção própria e a segurança alimentar advém em primeiro grau dessa produção própria, a qual está muito dependente da regularidade da época das chuvas. A venda e ou troca de bens é feita nos mercados locais que normalmente ocorrem uma vez por semana.

A maiorias das festas e dos rituais estão ligados com as actividades agrícolas e/ou usam produtos das mesmas.

Como já referido, a área média de cada família é normalmente inferior a 2 hectares. Na exploração da terra a horta é um elemento essencial da produção agrícola, onde se pratica agricultura extensiva e de sequeiro e sujeita à regularidade da monção. A horta tem normalmente uma área de agricultura permanente, localizada ao pé da habitação da família e outra do tipo agricultura itinerante localizada mais longe, mas normalmente dentro dos limites da aldeia e do suco.

As culturas mais comuns da horta são o milho, a mandioca, a abóbora, o feijão, os tubérculos e os vegetais. As árvores de fruto estão dispersas e localizam-se perto da habitação da família. No passado, a cultura do algodão era bastante comum e servia de base ao fabrico os panos e tecidos tradicionais.

Tabela 1 – Comparação da composição cultural da agricultura familiar timorense por número de famílias (2004 e 2010)

Culturas	Número de famílias que cultivam em		% das famílias em		Variação percentual
	2004	2010	2004	2010	
Arroz	60966	45672	31,3	24,7	-25,1
Milho	131516	102346	67,5	55,4	-22,2
Mandioca	134233	94833	68,9	51,4	-29,4
Vegetais	103779	78605	53,2	42,6	-24,3
Frutos Temporários	124766	88245	64,0	47,8	-29,3
Frutos Permanentes	131854	86526	67,6	46,9	-34,4
Café	66679	51358	34,2	27,8	-23,0
Côco	116562	76833	59,8	41,6	-34,1
Culturas Temporárias	118163	83923	60,6	45,4	-29,0
Culturas Permanentes	127569	85354	65,4	46,2	-33,1
Total de Famílias	194962	184652	100,0	100,0	-5,3

Fonte: DNE (2006); DNE (2011)

A Tabela 1 mostra a evolução do número de famílias que se dedicam às diferentes actividades agrícolas para os anos de 2004 e 2010. Entre estes dois anos, a percentagem de famílias reduz-se em cerca de 5,3%, mas a redução do número de famílias que se dedicam às diferentes actividades agrícolas é substancialmente maior. A redução menor é na cultura do milho (22,2%) e a maior nos frutos permanentes (34,4%). As culturas do milho (55,4%) e

mandioca (51,4%) são feitas por mais de 50% das famílias, os vegetais, frutos temporários e permanentes, côco e culturas permanentes e temporárias por mais de 40% das famílias.

Os dados do censo de 2010 permitiram avaliar os agregados que se dedicavam às culturas vegetais e dividi-los em agregados urbanos e agregados rurais. Assim, do total de famílias, 63,1% fazem culturas vegetais, enquanto nas zonas urbanas somente 31,6% das famílias fazem culturas vegetais contra os 74,0% das famílias nas zonas rurais (Tabela 2). Das famílias que se dedicam às culturas vegetais, pode verificar-se que as famílias rurais apresentam valores elevados para o milho (90,7%) e mandioca (84,3%), as culturas mais importantes para as famílias das zonas rurais (Tabela 3).

Tabela 2 – Famílias urbanas e rurais que cultivavam culturas vegetais em 2010

Famílias	Timor-Leste		Urbanos		Rurais	
	Número	%	Número	%	Número	%
Famílias com culturas vegetais	116426	63,1	15077	31,6	101349	74,0
Total de famílias	184652	100,0	47723	100,0	136929	100,0

Fonte: DNE (2011)

Tabela 3 – Famílias urbanas e rurais que cultivavam as diferentes culturas vegetais em 2010

Culturas	Timor-Leste		Urbanas		Rurais	
	Número	%	Número	%	Número	%
Arroz	45.672	39,2	3.829	25,4	41.843	41,3
Milho	102.346	87,9	10.400	69,0	91.946	90,7
Mandioca	94.833	81,5	9.392	62,3	85.441	84,3
Vegetais	78.605	67,5	7.942	52,7	70.663	69,7
Frutos Temporários	88.245	75,8	9.507	63,1	78.738	77,7
Frutos Permanentes	86.526	74,3	8.918	59,1	77.608	76,6
Café	51.358	44,1	4.030	26,7	47.328	46,7
Côco	76.833	66,0	8.399	55,7	68.434	67,5
Culturas Temporárias	83.923	72,1	8.507	56,4	75.416	74,4
Culturas Permanentes	85.354	73,3	8.489	56,3	76.865	75,8
Famílias com culturas vegetais	116.426	100,0	15.077	100,0	101.349	100,0

Fonte: DNE (2011)

Para além da área de horta, a família pode ter acesso a uma parcela de arroz ou a uma parcela de café. A parcela de arroz está dependente da localização com acesso a uma zona de várzea ou de arroz de montanha, enquanto a parcela de café se localiza nas zonas com condições edafo-climáticas para a sua produção.

A área dominante de arroz é constituída pelas várzeas irrigadas cujas infra-estruturas de irrigação foram sendo construídas ao longo do último século. O arroz de montanha ou de sequeiro, outrora maioritário, representa hoje uma área bastante reduzida. Os dados dos censos de 2004 e 2010 mostram que houve uma redução no número de produtores entre 2004 e 2010 de 25,2% (Tabela 1). O censo de 2010 mostra que cultivam arroz 24,7% do total de famílias, 39,2% do total de famílias cultivam culturas vegetais e 41,3% das famílias localizadas nas zonas rurais cultivam culturas vegetais (Tabela 3).

A cultura do café, embora inicialmente tenha sido experimentada em quase todo o território, está confinada a cinco distritos, Ermera, Liquiçá, Manufahi, Ainaro e Ailéu, podendo encontrar-se plantações noutros locais. A sua importância, expressa pelo número de produtores, mostra que, em 2010, 27,8% das famílias tinham café, 44,1% das famílias cultivavam culturas vegetais e 46,7% das famílias localizadas nas zonas rurais cultivavam

culturas vegetais. É de salientar que, entre 2004 e 2009, houve uma redução de 23% no número de famílias produtoras de café (Tabelas 1 e 3).

A pecuária é dominada pelos animais domésticos, os que vivem à volta da casa e se alimentam dos desperdícios domésticos - porcos, galinhas e cães, e os que pastoreiam de forma livre nas campinas e encostas-vacas, búfalos, cabras, cavalos e ovelhas.

No passado, os animais eram essencialmente um símbolo de poder, acumulação de riqueza e eram utilizados nas festividades e rituais anuais, sendo que nos dias de hoje desempenham também um papel maior na alimentação e na satisfação das necessidades urgentes da família através da sua venda.

As Figuras 3 e 4 mostram a evolução do número de animais das diferentes espécies entre 1920 e 2010. Verifica-se uma baixa significativa do número de animais durante a segunda guerra mundial, após a invasão Indonésia e após o *referendum* para a independência. Durante a ocupação Indonésia, o número de porcos aumentou de forma significativa, passando a ocupar o primeiro lugar dos pequenos animais, enquanto o número de ovinos e caprinos se manteve ou teve uma ligeira redução.

Figura 3 - Evolução do número de porcos, ovelhas e cabras (1920-2010)

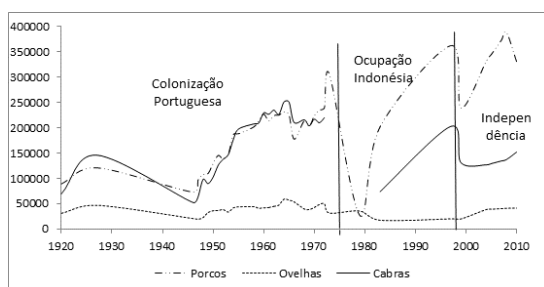
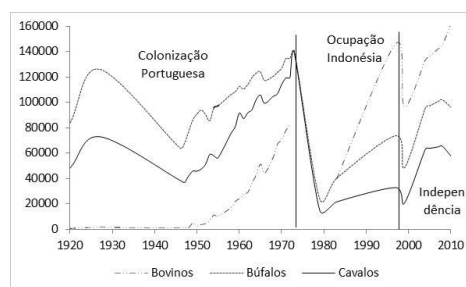


Figura 4 – Evolução do número de bovinos, búfalos e cavalos (1920-2010)



Fonte: Elaboração própria

Entre a colonização portuguesa e a ocupação Indonésia dá-se uma inversão na ordem de importância dos grandes animais, de bufalinos, equinos e bovinos para bovinos, bufalinos e equinos, que se mantém no pós-independência.

Os dados mais recentes sobre o arrolamento dos animais pecuários mostram que, entre 2004 e 2010, houve uma redução do número de cabeças de gado de equinos e suínos e um aumento nos bovinos, caprinos, ovinos, galináceos e bufalinos. Com excepção das famílias que produzem bovinos e caprinos que aumentaram, as famílias que produzem bufalinos, equinos, suínos, ovinos e galináceos diminuíram (Tabela 4).

Tabela 4 - Comparação da composição do efectivo pecuário da agricultura familiar timorense (2004 e 2010)

Espécie pecuária	Número de famílias por espécie		Número de Cabeças		Variação nas famílias (%)	Variação nas cabeças (%)
	2004	2010	2004	2010		
Bovinos	39713	43028	133577	161654	8,3	21,0
Bufalinos	22127	19119	95921	96484	-13,6	0,6
Equinos	34314	27691	63234	57819	-19,3	-8,6
Suínos	140697	123862	331895	330435	-12,0	-0,4
Ovinos	7897	6957	38965	41854	-11,9	7,4
Caprinos	41902	45781	126977	152360	9,3	20,0
Galináceos	141372	124658	659066	702474	-11,8	6,6

Fonte: Fonte: DNE (2006); DNE (2011)

Em termos médios cerca de 80% das famílias timorenses criam qualquer tipo de espécie pecuária, sendo que este valor sobe para 88,3% para as famílias rurais e desce para 56,1% para as famílias urbanas (Tabela 5).

Tabela 5 – Famílias urbanas e rurais que criam animais em 2010

Famílias	Timor-Leste		Urbanos		Rurais	
	Número	%	Número	%	Número	%
Famílias com animais	147665	80,0	26776	56,1	120889	88,3
Total de famílias	184652	100	47723	100	136929	100

Fonte: DNE (2011)

Da observação da distribuição das espécies pecuárias por famílias, verifica-se que quase todas as famílias que criam animais têm galináceos (84,4%) e suínos (83,9%). Das outras espécies, surgem os caprinos em 31,0%, bovinos em 29,1%, equinos em 18,8%, bufalinos em 12,9% e ovinos em 4,7% das famílias que criam animais. O número médio de animais por família aumentou de 2004 para 2010, situando em 2010 em 5,6 para os galináceos e 2,7 cabeças para os suínos, enquanto para as outras espécies sobressaem os ovinos com 6,0, os bufalinos com 5,0 e os bovinos com 3,8 cabeças por família (Tabela 6).

Tabela 6 – Distribuição das espécies pecuárias pelas famílias (2010)

	Número de famílias com espécie animal	Famílias com espécie animal (%)	Número de Cabeças	Número de cabeças por família
Bovinos	43028	29,1	161654	3,8
Bufalinos	19119	12,9	96484	5,0
Equinos	27691	18,8	57819	2,1
Suínos	123862	83,9	330435	2,7
Ovinos	6957	4,7	41854	6,0
Caprinos	45781	31,0	152360	3,3
Galináceos	124658	84,4	702474	5,6
Famílias com Animais	147665	100,0	-	-

Fonte DNE (2011)

A transformação dos produtos para autoconsumo é reduzida, limitando-se à secagem no caso da mandioca, milho, arroz, feijão e carne, enquanto as culturas de rendimento como o café, cacau, coco e borracha destinadas à exportação tinham e têm processos de transformação que obedeciam e obedecem a padrões mínimos de qualidade.

A comercialização apresentava e ainda apresenta dois grandes circuitos: o circuito local em que os produtos são vendidos directamente pelos agricultores nos diferentes mercados/bazares organizados periodicamente nas várias aldeias e sucros, e o circuito destinado à exportação em que dominam as grandes empresas e os intermediários, estes normalmente de etnia chinesa e que recolhem a produção nos diferentes sucros e distritos.

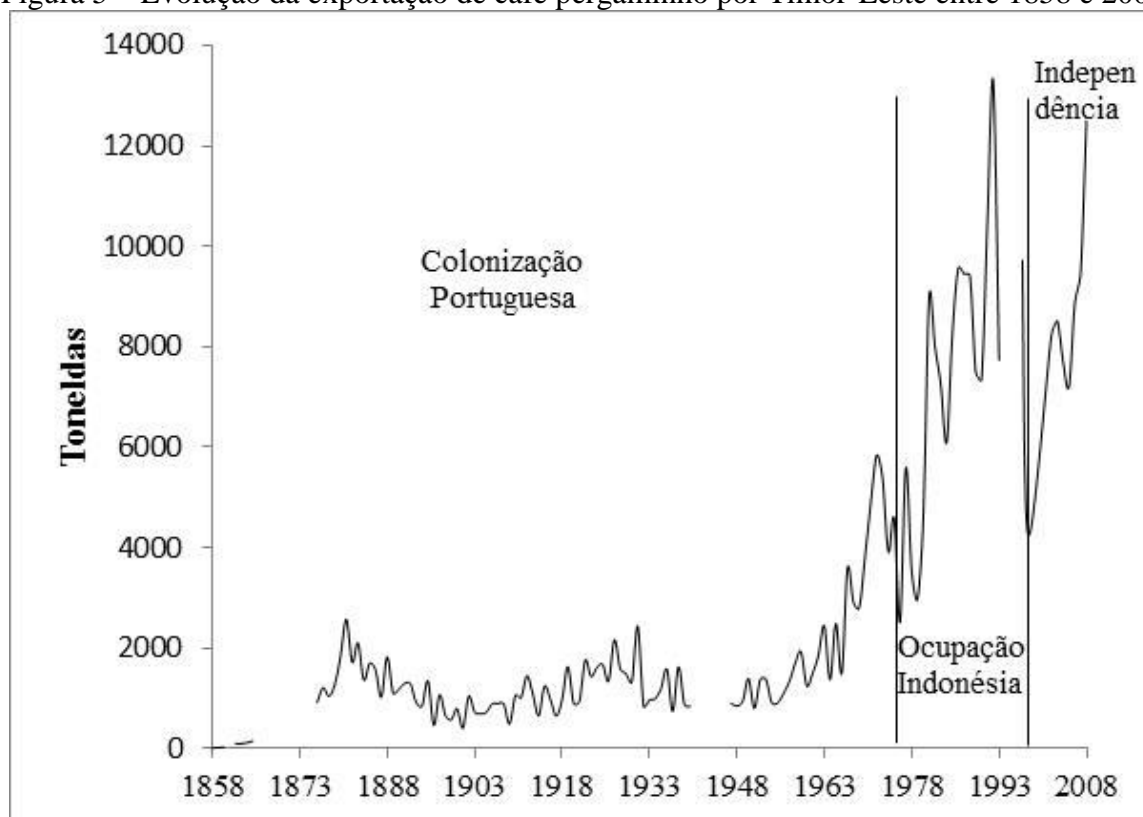
Da breve análise feita pode inferir-se que o elemento central que patrocina a relativa estabilidade e exerce um papel regulador entre os diferentes aspectos da vida e da organização social é a própria natureza familiar das unidades agrícolas, que assenta nas relações de parentesco e de herança existentes entre os seus membros.

A produtividade agrícola é prejudicada por vários factores entre os quais podem destacar-se a falta de infra-estruturas, práticas agrícolas inadequadas e falta de fatores de produção. Esta é a causa subjacente da insegurança alimentar que afeta uma parte da população. A agricultura familiar é muito importante pois é a forma maior e melhor de aumentar a produção de

alimentos da dieta básica da população e alavancar um maior desenvolvimento económico à medida que se vai conseguindo inserir a mesma nos mercados (locais e internacionais).

A cultura do café desempenhou e desempenha, quer na colonização portuguesa em que foi durante muito tempo o principal elemento das políticas de fomento agrícola, quer durante a ocupação indonésia, em que as suas receitas ajudaram a financiar o exército indonésio na luta contra a resistência timorense, quer ainda no período pós independência pelo papel importante nas políticas de desenvolvimento rural e agrícola. A Figura 5 mostra a exportação de café entre 1858 e 2000, observando-se as quebras de produção devido à ferrugem no final do século XIX, durante a segunda guerra mundial e início da ocupação indonésia. O café foi e ainda é o principal produto de exportação da economia e responsável pela principal agro-indústria timorense. A fileira do café, por ter sempre desempenhado um papel de motor de desenvolvimento do sector agrícola, foi escolhida para uma análise mais detalhada nos próximos pontos.

Figura 5 – Evolução da exportação de café pergaminho por Timor-Leste entre 1858 e 2008



Fonte: Elaboração própria

3. A produção de café em Timor-Leste

A cultura do café em Timor-Leste iniciou-se no tempo colonial português em que ganhou importância fundamental na sua economia e no seu desenvolvimento, permaneceu como uma das principais culturas de rendimento durante a ocupação indonésia do território e no período pós independência ganhou um papel motor para dinamizar o desenvolvimento das zonas rurais com implantação cafeeira.

O café foi introduzido em Timor-Leste em meados do século XVIII e as primeiras plantações foram estabelecidas na primeira década do século XIX, mas é somente a partir do último quartel daquele século que a cultura se desenvolve, ganha importância como cultura de

rendimento para os agricultores e ao dominar as exportações de Timor torna-se a sua verdadeira moeda externa.

Os diversos governos coloniais portugueses dinamizaram a sua cultura através da construção de viveiros e da distribuição de plantas, da obrigatoriedade da sua plantação, da construção de estações de benefício e da criação de serviços de apoio e experimentais. A estrutura da produção era dominada pelos pequenos produtores com dimensões entre 1 e 2 ha enquanto os grandes produtores eram em número bastante reduzido, mas tendo áreas de plantação significativas. A comercialização interna e a exportação eram dominadas pelos intermediários de etnia chinesa e europeia, muitas vezes criticados por praticarem preços de exploração dos produtores de café.

Inicialmente a variedade cultivada era a típica da espécie arábica, mas com o surgimento da ferrugem no final do século XIX, foi introduzida a espécie libérica e no princípio do século XX a espécie robusta. A excelente qualidade do café arábica que Timor produzia, em termos de aroma, qualidade e composição química, permitiu-lhe atingir, desde meados do século XIX, fama excepcional em vários mercados, beneficiando o seu preço, por isso, de uma majoração.

A melhor tecnologia de transformação do café cereja em café verde, a via húmida, já aplicada no princípio do século XX no território, é dinamizada pelos diversos governadores coloniais por ser aquela que conduz a uma qualidade superior do café a que se juntaria o descasque mecânico e a selecção e classificação do café destinado à exportação.

Após a ocupação do território pela Indonésia em 1975, a produção de café continuou a ser a principal actividade de rendimento e de trocas com o exterior. No entanto, houve pouco interesse em manter ou desenvolver práticas de cultivo, ou mesmo em contribuir com qualquer tipo de retorno de capital para a cultura. O único interesse era extrair rendimento através da quantidade de café colhida, vendida a um preço barato principalmente através do porto indonésio de Surabaya.

A comercialização interna e a exportação de café eram dominadas, em regime de monopólio, por empresas Indonésias, que praticavam preços reduzidos e cujos lucros ajudaram muitas vezes a financiar a guerra de ocupação. É somente em meados da década de 90 que aquele monopólio é quebrado, pelo surgimento da NCBA na transformação e comercialização do café, levando a um aumento do rendimento dos produtores de café.

No que diz respeito à indústria do café durante o período indonésio, pode dizer-se que, em geral, o principal legado foi a diminuição do interesse no cultivo do café entre os timorenses já que os agricultores, actuando como guardiões das plantações, colhiam simplesmente o café a partir das antigas grandes plantações, bem como das suas próprias pequenas explorações.

Com a consolidação do período de transição e com a restauração da independência, a estrutura de produção de café cereja manteve-se, mas outros intervenientes entraram no mercado de compra de café aos agricultores dos quais se destacam a CCT, Timor Global, Timorcorp, ELSAA Café, Always Café e ONGs. Do ponto de vista da produção, o Ministério da Agricultura em paralelo com ONGs e agências internacionais de apoio ao desenvolvimento têm apoiado a reconversão dos cafezais e a melhoria da tecnologia de transformação do café cereja em café pergaminho.

Não contabilizando os produtos petrolíferos, a cultura do café continua a ter nos dias de hoje um papel relevante no rendimento do sector agrícola e nas exportações. Pode dizer-se que, desde meados do século XIX, a cultura do café é o produto principal da economia timorense. A natureza florestal do café de Timor torna-o invulgar pois é cultivado de forma quase selvagem e em altitude numa ilha de clima tropical e, juntando a falta de atenção dada às plantações, a sua produção é natural, de padrão biológico.

3.1. As espécies de café em Timor-Leste

São três as espécies de café cultivadas em Timor - *Coffea arabica* ou simplesmente Arabica, *Coffea canephora* usualmente conhecido como Robusta, e o *Coffea liberica* conhecido por Liberica. A espécie mais divulgada e a que deu fama a Timor-Leste pela excelência do café produzido foi a arábica, sendo que a produção de liberica, residual nas estatísticas em 1975, se limita nos dias de hoje a cafeeiros isolados.

Na primeira metade do século XX, um acaso da natureza ocorreu em Timor, o improvável cruzamento entre a espécie robusta (22 cromossomas e resistente à ferrugem) e a arábica (44 cromossomas e café de grande qualidade) deu origem ao híbrido de Timor. Foi a partir deste híbrido, disponibilizado por Timor ao mundo em 1956, que todas as variedades, existentes no mundo, da espécie arábica resistentes à ferrugem foram obtidas.

As duas espécies de café que permaneceram no território ao longo do tempo, arábica e robusta, aproveitam as diferentes altitudes do território. O café robusta é cultivado em altitudes até aos 600 - 1000 metros e o arábica cultiva-se entre os 1000 e os 2000 metros de altitude. A espécie arábica domina, ocupando uma área de 53.816 hectares e produzindo 79% do café verde exportado, enquanto a espécie robusta se cinge a uma área de 2.574 hectares e representa 13% das exportações. A mistura dos dois cafés representa 8% (Wahjudi 2009).

A espécie arábica produz cafés de melhor qualidade, mais finos e requintados, e possui aroma intenso e os mais diversos sabores, com inúmeras variações de corpo e acidez. A espécie robusta, originária de África, apresenta acidez mais baixa e não possui sabores tão variados nem refinados como a arábica. No entanto, por apresentar mais sólidos solúveis é de grande utilização nas indústrias de cafés solúveis. Os cafés de melhor qualidade utilizam combinações de arábica.

3.2 A tecnologia de produção do café cereja

A tecnologia de produção do café pode ser dividida nas seguintes fases: produção de café cereja; produção de café pergaminho; produção de café verde e produção de café torrado. Os pequenos agricultores produzem café cereja e café pergaminho que vendem às empresas exportadoras e estas produzem café verde que exportam. O café torrado produzido em Timor-Leste destina-se somente ao mercado local.

A tecnologia de produção do café cereja em Timor-Leste utiliza poucos ou quase nenhuns factores de produção. Para além da mão-de-obra, há a considerar as plantações, as ferramentas agrícolas e o material de apanha e processamento do café. As plantações de café são bastante antigas enquanto as ferramentas e máquinas são rudimentares. A tecnologia de produção utilizada pelos agricultores é bastante simples: na grande maioria, não fazem poda das árvores de café, não limpam os cafezais das novas plantas de café que germinam e das ervas, não controlam as pestes e as doenças e não fazem a substituição das plantas velhas.

O único factor de produção variável utilizado é a mão-de-obra. A Tabela 7 mostra a quantidade de mão-de-obra usada na cultura por hectare, verificando-se que a colheita gasta cerca de 55,2% do total de mão-de-obra.

Tabela 7 - Utilização de mão-de-obra na cultura do café

Operações Culturais	Nº de dias	Porcentagem
Limpeza	10	14,9
Colheita	37	55,2
Transporte	15	22,3
Venda da cereja	5	7,5
Total	67	100

Fonte: Direcção do Agronegócio (2008)

A qualidade e quantidade de café são afectadas por pestes e doenças. A peste mais comum é o escaravelho da flor do café (*Stephanoderes hampei*) e a doença mais vulgar é a ferrugem (*Hemileia vastatrix*). Também as plantas de sombra (*Paraserianthes falcataria*) têm sido afectadas pela ferrugem gall (*Uromycladium tepperianum*). As infestantes que mais afectam a cultura são alang alang (*Imperata cylindrica*) e as plantas de café que germinam espontaneamente (Amaral, 2003).

O café é colhido entre Março e Agosto/Setembro. A colheita não é contínua, mas ocorre em três períodos: inicial – cereja seca e com defeitos; médio – constitui a maioria da colheita; e final – apanha dos últimos frutos maduros, verdes e caídos para evitar o desenvolvimento de pestes e doenças. Os problemas na colheita prendem-se com a elevada altura dos cafeeiros, levando a que se gaste muito tempo na colheita e pouco na selecção dos frutos verdes, vermelhos e pretos, contribuindo para a baixa qualidade do café (Amaral, 2003).

Dadas as suas características, a produção de café em Timor-Leste pode ser considerada orgânica porque não usa produtos químicos, sendo a cultura do café muito mais um processo florestal que frutícola (Silva, 1957 e OXFAM, 2003).

Os principais problemas da actividade cafeeira são de ordem técnica devido a lacunas no manuseio das plantações de café, das quais destacamos a poda, fertilização, qualidade da colheita e substituição dos cafeeiros velhos. Como resultado, a produção e a produtividade são extremamente baixas.

Para além do aspecto económico, o café pode também ser utilizado para proteger o solo nas encostas montanhosas que caracterizam a maior parte do território. Numa plantação de café existe um andar superior constituído por árvores leguminosas, normalmente Albizia (*Paraserianthes falcataria*), Casuarina e Leucaena, que protegem e enriquecem o solo; um segundo andar constituído pelas plantas de café que contribuem para fixar o solo, e um terceiro andar de vegetação espontânea que serve de coberto vegetal.

3.3 A transformação do café

O café cereja, depois de colhido, é transformado em café pergaminho e este em café verde que se destina maioritariamente à exportação. Uma pequena parte da produção de café é vendida no mercado interno como café verde ou torrado.

Tradicionalmente, em Timor-Leste, os agricultores transformam o seu próprio café cereja em café pergaminho. Esta transformação pode utilizar um processamento por via seca ou por via húmida. No processamento por via seca, a cereja pode ser colhida e seca ao sol durante dez dias e depois armazenada até ser descascada, ou então, ser colhida, despulpada, posta a fermentar em cestos tradicionais e depois posta a secar. Verifica-se uma grande variabilidade na qualidade do café, pois a técnica utilizada por cada agricultor é diferente no que diz respeito à maturação da cereja usada, à existência ou não de fermentação, ao início do processo de secagem depois da colheita, à duração do processo de secagem e às condições sanitárias da mesma.

No processamento húmido, proposto por Esteves (1965) para Timor-Leste, e que está a ser utilizado actualmente pelos principais intervenientes no sector do café, começa-se com uma lavagem para seleccionar a cereja por densimetria, segue-se a despolpa mecânica, a fermentação em tanques, a lavagem em canal com selecção final por densimetria e a secagem, obtendo assim o café pergaminho. Para esta tecnologia é necessária uma máquina de despolpa, tanques de fermentação e de lavagem e disponibilidade de água. Esta técnica origina uma maior qualidade do café obtido.

A transformação do café pergaminho em café verde ou grão de café é também descrita por Esteves (1965) e consta do descasque, limpeza, e escolha final do grão de café, sendo esta a técnica utilizada pelas empresas que hoje processam café pergaminho destinado à exportação.

Em 2002, cerca de 75% do café foi produzido pelo método seco e o restante por via húmida, essencialmente pela CCT (OXFAM, 2003). Contudo, à medida que mais empresas agro-industriais se foram estabelecendo no território, a percentagem de café transformado com o uso da via húmida foi aumentando.

Por sua vez, na transformação do café pergaminho em café verde a maioria das empresas agro-industriais utiliza equipamento mecânico. Nas zonas rurais, o café pergaminho é transformado em café verde utilizando a tecnologia do pilão ou almofariz e a torrefacção é manual. A CCT, para além da produção de café verde para exportação, abastece o mercado interno com café torrado, possuindo para tal uma torrefacção em Díli.

3.4 A importância socio-económica do café

Há mais de um século que o café tem sido a maior fonte de rendimento para os agricultores nas montanhas e também o principal produto de exportação de Timor-Leste (cerca de 80% das exportações).

Tabela 8- Famílias, área, produção e produtividade em 2006

Distrito	% famílias a produzir café	Área total hectares	% área total	Produção total toneladas	% da produção total	Produtividade Kg/hectare
Ermera	84,8	29225	56,2	5372	53,1	184
Manufahi	59,6	7310	14,1	1687	16,7	231
Liquiça	65,8	6756	13,0	1244	12,3	184
Ainaro	72,1	5024	9,7	1191	11,8	237
Outros Distritos	19,6	3674	7,1	628	6,2	171
Timor-Leste	34,2	51989	100,0	10122	100,0	195

Fonte: Ministério da Agricultura, Pesca e Floresta, Timor-Leste, 2006

O café é cultivado na generalidade dos 13 distritos de Timor-Leste, maioritariamente em pequenas propriedades, mas também em propriedades de média e grande dimensão. Ocupava uma área de 51.989 hectares em 2006 (10 mil toneladas) que se manteve em 2008, embora com produtividade acrescida (14 mil toneladas). A produção e a área estão concentradas nos distritos de Ermera, Manufahi, Liquiça e Ainaro, cerca de 92,9% da área e 93,8% da produção (Tabela 8). Com excepção dos distritos anteriores e de Aileu e Bobonaro, a produção nos outros distritos destina-se praticamente ao autoconsumo e à venda nos mercados locais. A produtividade média é cerca de 195 Kg/hectare, apresentando Manufahi e Ainaro maior produtividade.

A percentagem de agregados familiares que cultivam café em Timor-Leste é de cerca de 34% (66.679 famílias). No entanto, nos distritos em que a cultura está mais disseminada, Ermera, Manufahi, Liquiça e Ainaro essa percentagem é sempre superior a 60% (Tabela 8). O

rendimento obtido através da venda do café contribui para 90% do rendimento monetário das famílias e é, assim, um recurso importante para obter os bens alimentares e não alimentares de que necessitam durante o ano (OXFAM, 2003).

Para o ano de 2006, utilizando os dados da Direcção do Agronegócio (2008) ajustados à produtividade média de 195kg/hectare de café verde, a margem bruta estimada é de 338,1USD por hectare. Se se considerar uma área média de café por família de 0,78 hectares, o rendimento médio anual por família da cultura do café é cerca de 264 USD o que dá 0,72 USD por dia. Este valor é inferior à linha da pobreza definida para Timor-Leste, 0,78USD por dia.

Muitos cafezais são velhos e quase improdutivos, ocupando uma área estimada em 28.960 hectares, cerca 56% da área total de café em 2006 (MAP, 2009). A reconversão destes cafezais deverá ser uma prioridade da política agrícola para esta actividade. Em 2006, a replantação de novos cafezais foi de cerca de 1350 hectares, correspondendo a 2,6% da área total de café. A reconversão da cultura do café deverá ser incentivada, pois a sua rentabilidade, medida pela TIR, é superior a 15% para a variedade arábica típica (com contra safra na produção) e cerca de 30% para a variedade híbrido de Timor sem contra safra na produção (Henriques, 2010).

No que diz respeito à criação de emprego, o sector agro-industrial ligado ao café está a desenvolver-se através das empresas CCT, Timor Global, Timorcorp LTD, ELSAA café, Always café e de outras que eventualmente poderão surgir. Estas empresas empregam um número significativo de trabalhadores, temporários e ou permanentes. Por exemplo, os dados existentes para a CCT, indicam que a empresa emprega 380 trabalhadores permanentes, cerca de 3.000 sazonais e opera cerca de 100 camiões durante a colheita. Para além disso, no seu programa de saúde rural a empresa possui dez clínicas fixas e 27 clínicas móveis e apoia duas instituições académicas o Institute of Business (IOB) e a Academia Café Timor (ETICA) (CCT, 2010).

Tal como no passado, o café é o principal produto de exportação em produtos não petrolíferos. Em 2001, representava 75% do total de exportações. Em 2008, as exportações de café rondaram os 11,2 milhões USD (Tabela 9). Com base neste valor, a produção de café deverá corresponder a cerca de 10% do PIB agrícola. O consumo interno tem como base o autoconsumo e deverá rondar as 1000 toneladas ano.

Tabela 9 - Área, produção, exportação em peso e valor e consumo interno de café

Ano	Área hectares	Produção toneladas	Exportação toneladas	Exportação USD	Consumo interno toneladas
2002	49873	9787	8240	4800	1547
2003	49873	9895	8519	5400	1376
2004	50784	10050	7689	6899	2361
2005	51348	10069	7210	7630	2859
2006	51989	10122	8877	7999	1245
2007	51998	10500	9500	8560	1000
2008	52002	14000	12500	11200	1500

Fonte: Direcção Nacional Plantas Industriais e Agro Comércio 2009.

4. A comercialização e a cadeia de valor do café

Apesar da pobreza do país, o sector do café em Timor-Leste tem vindo a aumentar, proporcionando aos produtores um melhor nível de vida (Moxham, 2001). As maiores mudanças observaram-se na comercialização, com um número crescente de compradores e

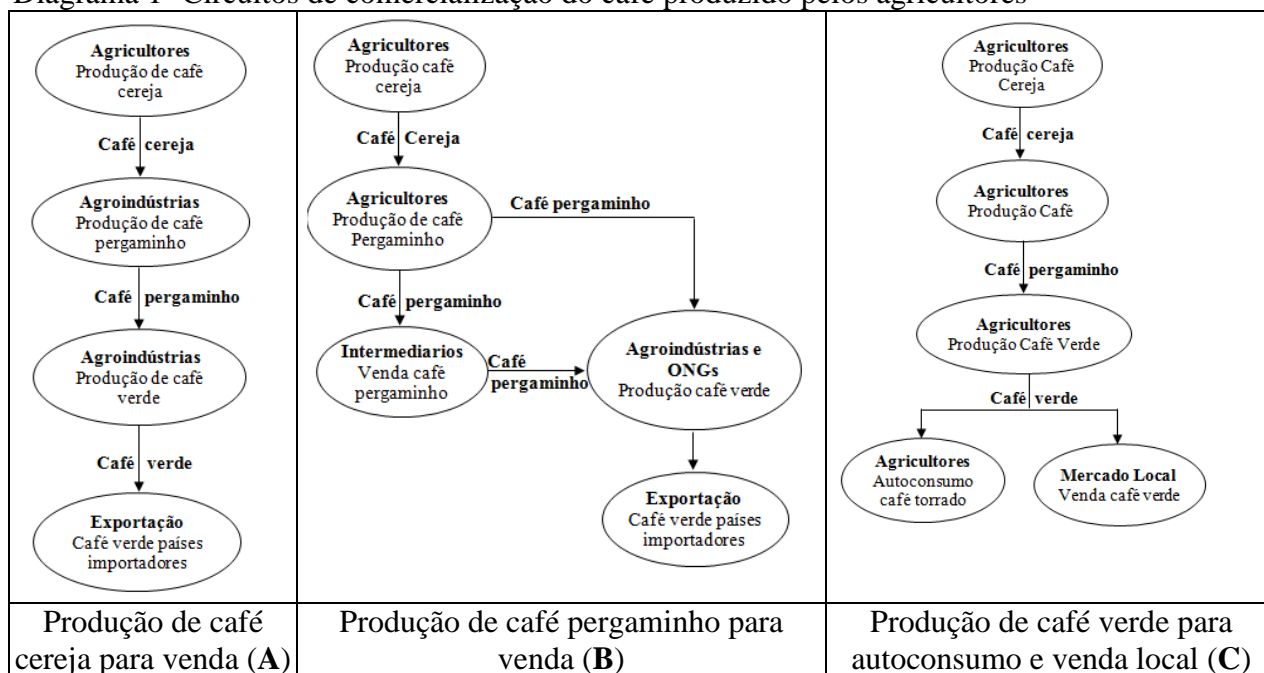
exportadores. Ao mesmo tempo, um considerável número de projectos e de iniciativas do sector apareceu sob a responsabilidade quer do governo quer de organizações não-governamentais (ONG's).

4.1 Os canais de comercialização

Os principais circuitos de comercialização do café que é produzido pelos agricultores apresentam-se no Diagrama 1.

O nível de complexidade depende do número e das funções de cada actor na cadeia de valor. O produtor de café pode ir directamente ao consumidor final (Diagrama 1-canal C) ou transferir essa função para o intermediário que desempenha diversas funções entre o produtor e o consumidor (Diagrama 1-canais A e B).

Diagrama 1- Circuitos de comercialização do café produzido pelos agricultores



Fonte: Deus (2011).

O produtor fica-se pela produção de café cereja no canal A. Este café cereja é vendido às empresas agro-industriais entre Março e Agosto (CCT, ELSAA cafés e Timor Global) que o transformam em café pergaminho utilizando a via húmida, e depois em café verde que é exportado.

No canal B do Diagrama 1, o café cereja que não é vendido às empresas agro-industriais ou que é apanhado depois de Agosto é transformado pelos próprios agricultores em café pergaminho. Este é vendido aos comerciantes intermediários, às ONGs, ou às empresas agro-industriais - Always Café e Timorcorp LTD -, que se dedicam somente à transformação de café pergaminho em café verde para exportação.

Finalmente, o café pergaminho que não é vendido aos intermediários, ONGs e empresas agro-industriais é transformado pelos agricultores em café verde. Este é consumido pelo agregado familiar ou vendido nos mercados locais na época da chuva para fazer face à falta de rendimento para comprar alimentos (Diagrama 1 - C).

Por exemplo, no caso da CCT, as CCO (Cooperativa de Café Orgânico) compram apenas café arábica em cereja aos agricultores, transportando-o para as duas fábricas ou instalações de processamento localizadas em Maubisse e Ermera onde é transformado em café pergaminho. O café pergaminho é seco nos armazéns da CCT em Tibar, transformado em grão verde na fábrica de Bidau e embalado em sacos de 60 quilos para exportação. Como um dos principais

exportadores de café, a CCT, ao garantir a qualidade do café produzido, consegue obter bons preços nos mercados internacionais e oferecer bons preços aos agricultores. Uma parte dos lucros reverte a favor dos agricultores através de apoios à saúde, à reconversão dos cafezais e à formação profissional.

Já no caso da Timorcorp LTD, a empresa só compra café pergaminho, tanto arábica como robusta, aos agricultores e às agências da Timorcorp LTD. As agências compram café pergaminho e café cereja aos agricultores. No caso de comprarem café cereja, fazem o seu processamento (despolpa, fermentação e secagem) para obter café pergaminho. O café pergaminho entregue na fábrica em Díli, depois de avaliado à entrada, sofre uma secagem adicional quando necessária, descasque, limpeza, classificação e embalagem em sacos de 60 quilos para a exportação (Guterres 2010).

Sendo a grande maioria do café produzido em Timor-Leste destinado ao mercado externo, e sendo Timor-Leste um país pequeno em termos da produção e do consumo mundial, o país é, em termos do preço de exportação, um tomador de preço. Como consequência, desde sempre, que o preço pago à produção local tem reflectido as variações no preço mundial do café.

Tal como no período colonial português e durante a ocupação indonésia, a exportação de café está hoje concentrada num número reduzido de empresas. O mercado de venda do café cereja e do café pergaminho é do tipo oligopsónio, os produtores são controlados pelos compradores, parecendo não existir qualquer tipo de regulação do mesmo. Parece também não existir uma informação clara e transparente no mercado timorense sobre os preços do café recebidos por parte das empresas exportadoras. Neste contexto, é questionável se os preços pagos aos produtores são os mais justos, dado que a capacidade de negociação dos pequenos produtores é relativamente pequena ou nula.

4.2 A cadeia de valor do café

A cadeia de valor do café em Timor-Leste apresenta notáveis diferenças em relação à de outros países com economia de mercado desenvolvida quer no que diz respeito à sua estrutura (negócio, organização, barreiras comerciais e canais de comercialização) quer comportamento (dimensão das relações contratuais, margens de comercialização, competição, posições comerciais) quer ainda em relação à natureza e procedimentos (fluxo de informação, transparência, nível de inovação) dos diferentes intervenientes.

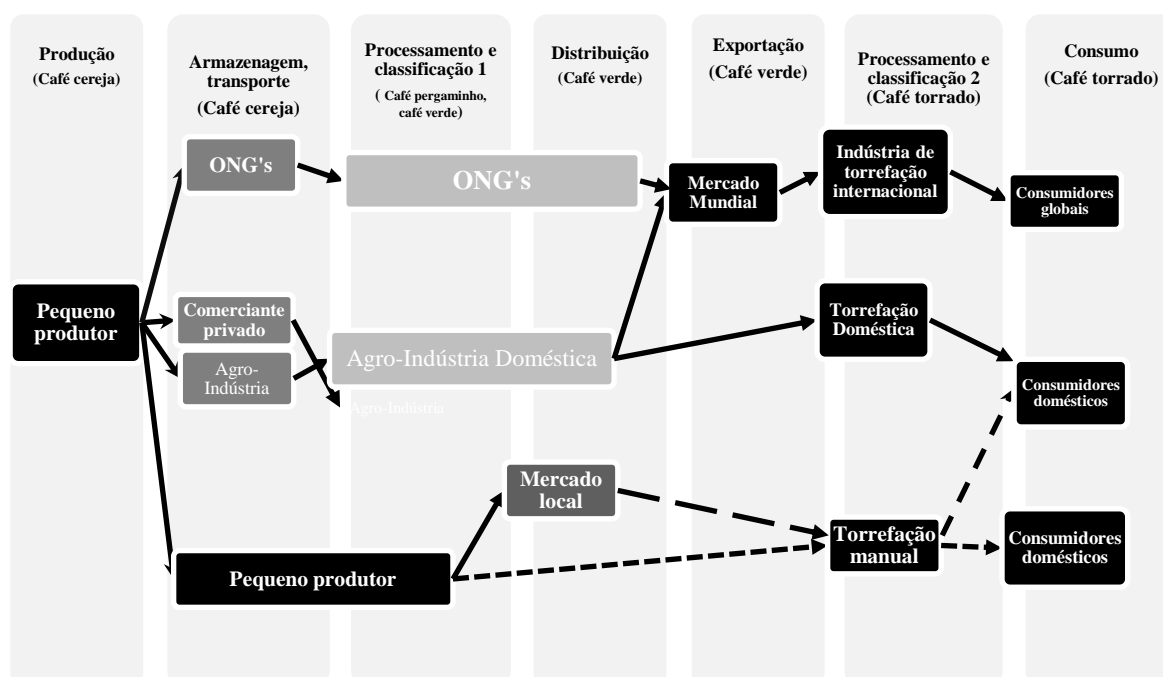
Como se pode observar no Diagrama 2, a estrutura da cadeia de valor do café é curta e simples. Os maiores estágios incluem o produtor, o comprador local/intermediário/operador privado, o processador e ou exportador (produtor, agro-indústria ou ONGs) e, o consumidor. Os produtores de café são agricultores de subsistência muito pobres. Outros intervenientes na cadeia de valor incluem colectores rurais, camionistas ou comerciantes privados manuseando pequenos volumes e agindo muitas vezes como agentes para processamento e exportação. Há vários grupos de compradores e de exportadores de café em Díli, incluindo pequenos projectos de desenvolvimento, ONGs, comerciantes que compram principalmente pergaminho e o exportam através da Indonésia, assim como empresas que investem fortemente na exportação a partir de Díli, tais como a Timor Corporation Ltd (assumiu a empresa Delta Café em 2006)—as suas exportações em 2009 de café verde ascenderam a cerca de 4.700 Mt, principalmente para a Alemanha e para outros países; a CCT —as suas exportações de café verde em 2009 atingiram 1.500 Mt, principalmente para os EUA e para a Europa; a ELSAA Café Ltd — em 2009 as suas exportações de café verde foram da ordem das 450 Mt, sobretudo para Portugal; e a Timor Global Ltd— com exportações de 1500 Mt de café verde em 2009. Estas quatro empresas representaram 90% das exportações de café. A CCT tem liderado através da melhoria da qualidade da transformação e foi a primeira a obter a Certificação Orgânica e de Comércio Justo, obtendo uma diferença no preço f.o.b. de

aproximadamente \$0,10/Kg de café verde exportado (Henriques et al, 2012; World Bank, 2011).

Além destas, há também um certo número de instituições públicas (Ministério da Agricultura) e organizações de desenvolvimento local (agências bilaterais de cooperação como o IPAD e ONG). A maioria dos produtores de café cereja são famílias e usam uma tecnologia rudimentar, pelo que não há consumo de inputs ou vendedores de recursos.

Assim, a transformação e a distribuição estão altamente concentradas, especialmente em agro-indústrias e as barreiras ao comércio interno estão relacionadas com as limitações nas mudanças ou evolução da cadeia de valor e relações de ajustamento entre os diferentes intervenientes. Algumas exceções contemplam os descendentes dos primeiros produtores que regressaram em 1999 e que focam a sua actividade induzindo processos de integração vertical ou horizontal, não formais, por razões económicas e economias de escala na exportação.

Diagrama 2- Estrutura Geral da Cadeia de Valor do Café de Timor-Leste



Fonte: Adaptado de Henriques et al, 2012.

As principais dificuldades de acesso aos mercados internacionais, onde o café de Timor-Leste tem uma grande tradição e é bem recebido, estão relacionadas com a manutenção de um padrão de qualidade e com o *know-how* necessário para as operações de exportação.

As relações entre os diferentes intervenientes na cadeia de valor, quer ao nível horizontal entre membros da mesma fileira, quer ao nível vertical entre membros da mesma cadeia, quer ainda diagonalmente entre membros de outras cadeias, ainda não se encontram formalmente constituídas. Em termos de *ranking* das organizações industriais, CTT, ELSAA Cafés, Timor Global, TimorCorp e Always Café agrupam processadores e distribuidores. Estas incluem grupos fortes de produtores para melhoramento das práticas de colheita, economias de escala no tratamento e transporte, normalização da qualidade, aumento do poder de negociação no mercado internacional. As relações horizontais são escassas apesar da existência da CCO, uma cooperativa de café orgânico que dá assistência técnica, informação e serviços sociais e é também o representante legal perante a CCT, defendendo os interesses dos produtores (Henriques et al, 2012).

A cadeia de valor do café de Timor-Leste opera como resultado da sua estrutura, comportamento e tipo de intervenientes. Pode ser avaliada pela transparência, informação, nível de inovação e modernidade. Uma vez que o café disponibilizado aos consumidores nos mercados internacionais é sempre uma mistura de diferentes variedades e diversas origens, com diferentes tecnologias de torrefacção e marcas próprias ou de distribuição, esta situação limita a transparência e a visibilidade do nome do produtor ou origem para o consumidor, embora possa aparecer alguma informação na embalagem, como por exemplo nos Delta Cafés. O propósito de alguns agentes nem sempre é o de fornecer um elevado valor acrescentado ao produtor e ao consumidor, mas sim atingir metas individuais, excepção feita às funções sociais desempenhadas pela CCT e algumas empresas de distribuição que valorizam o café Timor e a marca (Henriques et al, 2012).

A informação é outra dimensão da cadeia de valor que não atinge todos os operadores, em particular com respeito aos preços mundiais, tecnologias de produção e de transformação e padrões de qualidade. Na primeira situação, o preço do mercado internacional não é transmitido de modo exato a todas as ligações da cadeia de valor. Quanto às tecnologias de produção, as taxas de conversão do café não se encontram ao nível desejado; já no que respeita às tecnologias de transformação verificam-se falhas no equipamento e na disponibilidade de água. Os padrões desejáveis para a qualidade e a gestão da qualidade e da rastreabilidade são bem conhecidos mas a sua aplicação está limitada pela ausência de legislação em conformidade. Do ponto de vista global, as lacunas na transmissão da informação devem-se à falta de uma associação que obtenha a informação de e para os diferentes intervenientes da cadeia de valor (Henriques et al, 2012).

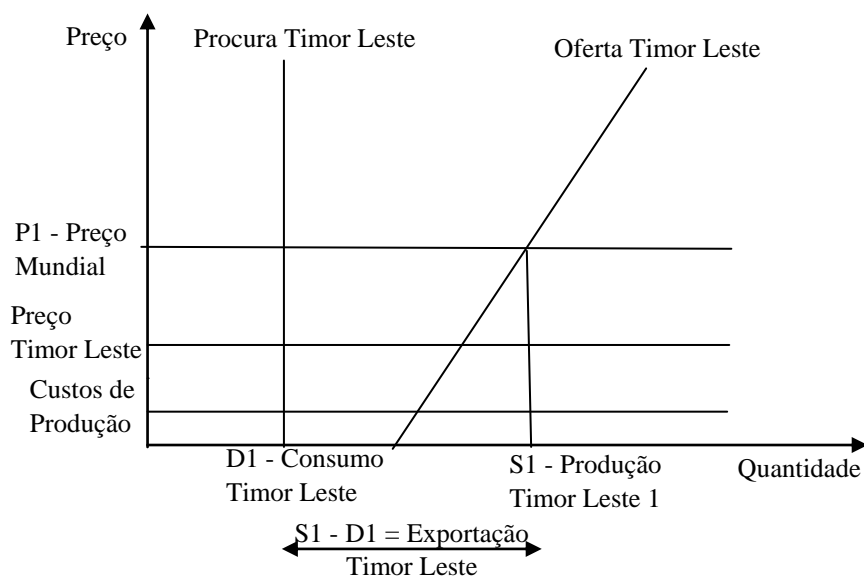
A inovação e modernidade estão focadas principalmente nos níveis de transformação e de distribuição, e também na exportação. Nestes níveis, as agro-indústrias e as ONG's procuram ajustar processos e equipamentos para a melhoria do café arábica. Ao nível da produção, a reconversão das árvores velhas de café e a reintrodução de operações culturais de poda e limpeza melhorarão a qualidade do café colhido, (Henriques et al, 2012).

5. Vantagem comparativa e competitividade do café

Timor-Leste exporta café porque tem vantagem comparativa, o custo de produção é mais baixo que o de muitos outros países que exportam e dos países que importam. Em termos da produção mundial de café, Timor-Leste é um país pequeno e por isso não influencia o preço mundial.

A Figura 6 explica o mercado do café em Timor-Leste, assumindo que é um país pequeno e é tomador do preço mundial, que a procura de Timor-Leste (D) é relativamente estável porque o consumo já satisfaz as necessidades das pessoas, a oferta (S) é variável porque existe potencialidade para colher mais café com as plantações existentes, os custos produção são baixos porque o único custo é a mão-de-obra, e que o preço de Timor-Leste é inferior ao preço mundial (P1) porque uma parte significativa do consumo é produção própria. Assim, para o preço mundial P1, o consumo doméstico é D1, a produção é S1 e a exportação é S1-D1.

Figura 6 - Vantagem comparativa de Timor-Leste



Fonte: Elaboração própria.

Vários são os técnicos, internacionais e timorenses, que têm reflectido sobre as dificuldades e potencialidade da cultura do café (Piggin 2003, Amaral 2003, Direcção de Agronegócio 2008 e Wahjudi 2009)

Em relação aos recursos humanos, os pontos fracos são a baixa formação e organização dos produtores de café e perda do hábito de fazer as operações culturais durante o período indonésio. Já na produção de café, são os cafezais velhos e improdutivos, práticas culturais inadequadas e incerteza na posse da terra e os pontos fortes são a disponibilidade de terra para novas plantações, lenha como sub produto para cozinhar e protecção da erosão do solo.

Na transformação e mercados, os pontos fracos são as estruturas de processamento insuficientes e a consequente baixa qualidade do café e o ponto forte é a produção de café ser orgânica. No plano institucional, os pontos fracos são as infraestruturas gerais insuficientes como estradas, transportes e telecomunicações deficientes, capacidade institucional pública e privada ainda limitada, poucos recursos financeiros disponibilizados para investimento na cultura e uma insuficiente interligação entre os diversos intervenientes no desenvolvimento da indústria do café.

Por último, as oportunidades e as ameaças da cultura do café são analisadas considerando o plano de desenvolvimento em acção e a envolvente internacional. O desenvolvimento do café tem sido promovido pelas seguintes instituições: Ministério da Agricultura e Florestas, Ministério do Turismo, Comercio e Indústria, Organismo de Cooperação Internacional (Missão Agrícola Portuguesa, USAID, ONGs, Peace Winds, PARC, OXFAM) e o sector privado através das empresas de transformação e exportação. As acções desenvolvidas têm contribuído para uma requalificação e motivação dos agricultores, para a introdução de práticas culturais adequadas, para a substituição dos cafezais velhos através da replantação, para uma melhor qualidade através melhoria no processamento feito pelos agricultores e pela certificação orgânica obtida por algumas empresas exportadoras. Dado que a cultura do café é permanente, os efeitos de algumas destas medidas não são sentidas no imediato mas darão os seus frutos no futuro. A metodologia de intervenção junto dos agricultores utilizada por algumas destas instituições é semelhante à desenvolvida pelos Serviços Agrícolas de Timor antes de 1975.

Maior atenção deverá ser dada à criação de associações de produtores de café, à conquista de mercados regionais e internacionais, à criação de uma agência de certificação da qualidade e à criação de um organismo regulador.

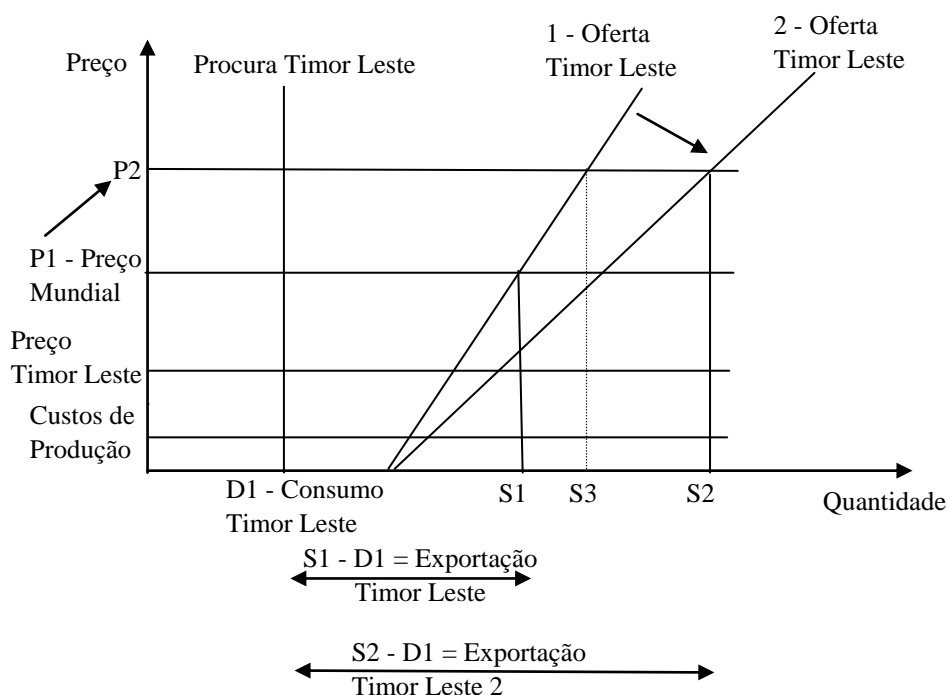
Com especial cuidado deve ser analisada a criação e dinamização de indústrias ligadas ao café: cafés solúveis e turismo (rota do café e museu do café). Em relação às indústrias de cafés solúveis deve ser avaliada a possibilidade da sua instalação em Timor-Leste, através de parcerias com empresas internacionais e tendo em conta o mercado asiático, de modo a que o país pudesse fechar o seu ciclo industrial do café, criando um pólo tecnológico baseado na cultura do café.

O melhoramento das infraestruturas gerais depende do plano de desenvolvimento do país. Para os distritos produtores de café, esta actividade pode ser uma das primeiras a beneficiar e a criar mais-valias a partir da melhoria nas infraestruturas do país, através da diminuição dos custos de transporte e de transacção.

Os meios financeiros para investimento na cultura do café dependem, mas não exclusivamente, da existência do título da propriedade para serem usados como garantia dos agricultores às instituições financeiras que disponibilizam capital para investimento nas plantações. Dar título de propriedade da terra é delicado porque esses títulos têm que estar de acordo com as leis tradicionais de posse e uso da terra.

As ameaças domésticas à cultura do café são as doenças do café e as doenças das árvores de sombreamento pelo que são necessárias medidas urgentes para lidar com o sombreamento do café. Em termos internacionais a competição com os outros países que produzem café, e a variabilidade e tendência decrescente no preço internacional do café são factores que poderão ter reflexos no preço das exportações de Timor-Leste, sendo que as únicas armas que Timor-Leste pode usar são a sua história, o seu nome-marca e a sua qualidade.

Figura 7 - Efeito do aumento da qualidade e da produção na exportação



Fonte: Elaboração própria.

Se forem tomadas as medidas atrás descritas então: 1) a qualidade do café vai aumentar levando a que o preço mundial para o café de Timor-Leste suba de P1 para P2; e 2) se houver

uma reconversão dos cafezais antigos e improdutivos, a oferta de Timor-Leste aumenta de 1 para 2 (Figura 7). A combinação destes dois efeitos produz um aumento da produção de S1 para S2 e das exportações de S1-D1 para S2-D1. É de esperar que o rendimento dos agricultores aumente devido a um aumento da produção e dos preços. O acréscimo de preço pela qualidade de café não deverá ficar só para o exportador mas também chegar aos agricultores. Wahjudi (2009) propõe a criação de uma taxa de exportação para redistribuir o rendimento do café pelos produtores. No período colonial português essa taxa existia e servia para dar incentivos aos produtores de café através de apoio técnico replantação.

O primeiro efeito, aumento da qualidade, pode acontecer no curto prazo e o segundo efeito, aumento de produção, acontece no longo prazo porque a reconversão do cafezal demora entre 3 a 5 anos. Nesse sentido, se as melhores técnicas de colheita e processamento forem implementadas pelos agricultores é esperado que numa primeira fase a produção aumente para S3 e as exportações aumentem para S3-D1. Neste momento é isto que está a acontecer.

Em resumo, aumentar a qualidade e a produção, permite aumentar o emprego da mão-de-obra nas zonas rurais, as exportações e a entrada de receitas no país, o rendimento dos produtores de café e das suas famílias e o bem-estar das populações rurais de Timor-Leste. Por exemplo, Nogueira (2009) estima que o aumento da produção de pergaminho de 200 para 600 kg implicará um aumento no rendimento de cada família de cerca de 600 USD por ano.

O aumento na produção de café, para além de proporcionar um aumento na capacidade instalada das empresas que processam e exportam o café, permitirá a entrada de novas empresas no mercado, aumentando o investimento e o emprego

Para os distritos produtores de café, esta actividade pode e deve ser utilizada como motor do desenvolvimento local e os planos de desenvolvimento distritais devem ter isso em consideração, proporcionando às famílias produtoras um melhor nível de vida.

6. CONCLUSÕES

Em Timor-Leste, ao contrário do que se poderia pensar, a agricultura familiar assenta em sistemas complexos de produção, combinando várias culturas, criação de animais e transformação primária. A família é o núcleo essencial de produção e consumo e tem como ideal a satisfação das necessidades da família. Existe uma grande centralidade da unidade familiar e uma não separação do produtor dos seus meios de produção e, por conseguinte, do controlo do processo produtivo e do produto. Os acontecimentos e os contextos familiares são a causa e consequência das estratégias familiares.

A produção agrícola tem uma inserção mercantil em condições de subalternidade e dependência ou mesmo, em muitos casos, uma não inserção. Para além da soberania/segurança alimentar, a agricultura familiar é importante, e pode ainda vir a ser mais no futuro, como fonte de rendimento e de empregos para a população rural, que é a grande maioria, e que não possuem muitas oportunidades fora da agricultura.

As diferentes ocupações da terra permitem a produção de um conjunto de bens e serviços, tangíveis e intangíveis, que são fundamentais para a sobrevivência e para o bem-estar das comunidades rurais. A repartição destes bens e serviços depende das regras de posse e uso da terra, e estas resultam da organização social existente.

A terra é o principal recurso e a família o principal actor, daí a importância crucial e estrutural da unidade familiar como unidade de análise.

O facto do crescimento das áreas urbanas ser cada vez maior gerando zonas menos reconhecidas, inseguras, débeis e vulneráveis na sua dependência alimentar e com consequentes efeitos sociais e desigualdades nas comunidades, tem levado a requalificar a

agricultura familiar e a sua importância para a produção e venda local de alimentos e para a sustentabilidade dos territórios naquilo que se pode designar uma modernidade alternativa. Em Timor-Leste, onde a agricultura familiar é predominante, esta modernidade alternativa pode ser conseguida através de melhorias diversas ao nível da produção e do estabelecimento de redes agro-alimentares que induzam uma redistribuição do valor gerado através da própria rede e construam um sistema de confiança entre o produtor e o consumidor e articulem formas de retroalimentação do desenvolvimento e da sustentabilidade dos territórios.

A produção de café arábica tem desempenhado um papel fundamental a nível de rendimento e de bem-estar das populações rurais dos distritos produtores de café de Timor-Leste, desde finais do século XIX.

Apesar da evolução histórica e política, a estrutura da produção, transformação e comercialização interna e externa do café não mudou significativamente ao longo do tempo. A produção continua a ser dominada por pequenos produtores locais, as plantações de café são antigas, a transformação e o comércio externo continua a ser feito por poucas empresas agro-industriais e por intermediários, e a transparência do mercado para diferentes níveis dos canais de comercialização continua a ser insuficiente.

Uma vez que a maioria da produção se destina ao mercado externo, os canais de comercialização dominantes são aqueles em que os produtores produzem café cereja e pergaminho para venda às agro-indústrias e intermediários.

Continuar a ser um pilar socioeconómico, ambiental e cultural, contribuir para a garantia de rendimento dos agricultores e para a diminuição da pobreza e da fome, preservar a alimentação tradicional, proteger a agro-bio-diversidade e o uso sustentável dos recursos naturais e impulsionar a economia local, são alguns dos papéis que sendo reconhecidos à agricultura familiar em Timor Leste, em especial aquela que advém dos produtores familiares de café, devem ser mantidos e potenciados. Daí a necessidade de formular políticas que promovam e garantam uma agricultura familiar sustentável, que melhorem o entendimento das suas necessidades, do seu potencial e as suas restrições, assim como, assegurem o apoio técnico aos agricultores e famílias.

Criar sinergias para a sustentabilidade, criar e/ou legitimar associações de produtores de café que defendam os interesses da agricultura familiar, reconhecer o papel da mulher neste tipo de agricultura e identificar possibilidades de comercialização do café através de circuitos curtos que liguem o produtor ao consumidor são outros aspectos a ter em conta.

7. REFERÊNCIAS

AMARAL, F.E. (2003). *Prospects for coffee development in Timor-Leste, in Agriculture: New Directions for a New Nation*, edited by Hélder da Costa, Colin Piggitt, César da Cruz and James Fox, ACIAR, Proceedings N. 113.

BIJMAN, J., (2007). "The role of producer organizations in consumer-oriented agrifood chains: an economic organization perspective". *Tropical Food Chains, Governance Regimes for Quality Management*. R. Ruben, M. von Boeckel, A. van Tilburg; J. Trienekens (Eds). Wageningen Academic Publishers 257-279.

BRIZ J., De Filipe I., Briz T. (2010). "La cadena de valor alimentaria. Un enfoque metodológico". *Boletín Económico de ICE*, 2983. 45-55.

BRIZ J., De Filipe I., Asunción I. (2011). “Cadena de valor corta: caso cadena hortofrutícola Aranjuez-Madrid”. *La cadena de valor agroalimentaria: análisis internacional de casos reales*. Briz, J. (Ed.). Editorial Agricola 401-426.

CASTRO, Affonso de (1867). *As possessões Portuguesas na Oceania*, Imprensa Nacional, Lisboa.

CINATTI, Ruy. (1964). *Useful plants in Portuguese Timor An historical survey*, Separata do Vol. 1 das Actas do V Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, Coimbra.

DEUS C. C. (2010). *Impacto do desempenho da CCT na satisfação e qualidade de vida dos seus membros*. Dissertação de Mestrado em Gestão - Recursos Humanos, Universidade de Évora.

DIRECÇÃO DE AGRONEGÓCIO (2008). *Commodity Profile for Coffee*. Ministério da Agricultura e Pescas, Díli, Timor-Leste.

DIRECÇÃO NACIONAL PLANTAS INDUSTRIAIS E AGROCOMÉRCIO (2009). *Evolução das Culturas Agrícolas*. Ministério da Agricultura e Pescas, Díli, Timor-Leste.

DNE (2006). *Census da população*, Direcção Nacional de Estatística, Díli.

DNE (2011). *Census da população*, Direcção Nacional de Estatística, Díli.

ESTEVES A. B. (1965). *Preparo de Cafés em Timor*, MEAU, Re-edited by TimorAgri.

FERRÃO J. E.M. (2002). *Os cafeeiros em Timor*, Oriente, n.º 3, p. 31-40.

GONÇALVES M. M., Rodrigues M.L. (1976^a). *Nota Sobre as Possibilidades de Produção do “Híbrido de Timor” no Seu Habitante Natural*, Lisboa, MEAU, Re-edited by TimorAgri.

GUTERRES V. C. (2010). *Comercialização interna e externa de café na empresa de Timorcorp, em Comoro-Timor-Leste*. Relatório final do estágio em Ciências Agrárias.

HENRIQUES, P.D. S. (2010). *A Rendibilidade da cultura do café*. Documento de trabalho, Díli.

HENRIQUES, P. D., Lucas, M.R., Carvalho, M.L.S; Deus, C.C. (2012). “Coffee Value Chain in Timor-Leste”, in Julián Briz e Isabel de Felipe (ed.) *Las Redes de cadenas de valor alimentarias en el siglo XXI – Food value chains networks in the 21st century international challenges and opportunities*. Editorial Agrícola Española S.A., Madrid.

LOWDER, S.K., Scoet, J. and Singh, S. (2014). *What do we really know about the number and distribution of farms and family farms worldwide? Background paper for The State of Food and Agriculture 2014*. ESA Working Paper No. 14-02. Rome, FAO.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E FLORESTAS (MAF) (2009). *Estatísticas agrícolas*, Direcção de Culturas Industriais e Agronegócio, Díli.

MOXHAM, B. (2001). *Grinding poverty? Coffee and the development challenges for Timor-Leste*, University of Melbourne.

NARCISO (2014). Mulheres e terra: faz a matrilinearidade diferença? Uma leitura da situação no distrito de bobonaro em Timor-leste, Dissertação de Mestrado em em Estudos sobre as Mulheres, As Mulheres na Sociedade e na Cultura Universidade Nova de Lisboa.

NARCISO, V., Henriques, P.D.S. (2010). “Women and Land in Timor-Leste: Issues in Gender and Development”, *Indian Journal of Gender Studies*, 17, 1, 49-72.

NOGUEIRA, M. (2009). *Gestão das Plantações*. 1ª Conferência Internacional Café Timor, Díli, Timor-Leste.

OLIVEIRA, N.V. (2008). *Subsistence Archaeobotany: Food Production and the Agricultural Transition in East Timor*. Canberra: The Australian National University (tese de doutoramento não publicada – <http://palaeoworks.anu.edu.au>).

OXFAM (2003). *Overview of the Coffee Sector in Timor-Leste*. edited by TimorAgri.

PIGGIN, C. (2003). *Working Group SWOT analysis on agricultural development in Timor-Leste*. edited by Hélder da Costa, Colin Pigginn, César da Cruz e James Fox, ACIAR Proceedings N° 113.

SILVA, H. L. (1956). *Timor e a Cultura do Café, Memórias* – Série de Agronomia Tropical, Junta de Investigações do Ultramar, Ministério do Ultramar, Re-edited by TimorAgri.

UNDP (2006). Relatório desenvolvimento humano the path out of poverty Timor-Leste, UNDP, Díli.

WAHJUDI, B. (2009). *A Economia do Café de Timor-Leste*. Gabinete do Ministro do Turismo, Comércio e Indústria, Díli.

WORLD BANK (2011). *Expanding Timor-Leste's Near-Term Agricultural Exports*, vol I- Main report, Diagnostic Trade Integration Study (DTIS), January.